



Lei que estabelece a carreira de pesquisador científico no estado de São Paulo completa 40 anos

Associação dos Pesquisadores homenageia os responsáveis pela conquista da carreira nesta quarta-feira (18), no Instituto Biológico, em São Paulo. Equiparação salarial com a Universidade e melhores condições de trabalho são requisitadas ao Estado até hoje.

Criada em 1975 pela Lei Complementar nº. 125, a carreira de Pesquisador Científico não foi conquistada de maneira improvisada. Ela é fruto da eficiente atuação de um grupo de cientistas, bem assessorados juridicamente. Na próxima quarta-feira, 18 de novembro, cerca de 200 pesquisadores científicos devem se reunir no prédio do Instituto Biológico, em São Paulo, para homenagear os responsáveis pela criação da carreira. Entre os que tiveram participação fundamental, estarão presentes na ocasião a Dra Alba Lavras, do Instituto Butantan; o Dr Carlos Wutke, do Instituto Agrônômico; Dr Alberto Conagin, também do IAC; e o advogado responsável, Dr Bernardo Goldman.

De acordo com o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), Joaquim Adelino Azevedo Filho, a conquista começou em 1917, quando foi criada a lei de Regime de Tempo Integral, também conhecida como RTI. Segundo a lei, os profissionais deveriam se dedicar exclusivamente às investigações científicas e ao cumprimento de sua missão institucional. “Pela primeira vez, o pesquisador era contemplado com um regime de trabalho adequado para o desenvolvimento da pesquisa científica”, explica o pesquisador.

Ao longo dos anos, a lei do RTI se modificou para abranger profissionais de áreas diferentes. No fim da década de 1940, por ter se ampliado demais, a lei precisou ser revista. Para isso, em 1955 foi criada a Comissão para o Regime de Tempo Integral, a CPRTI, cuja função era reexaminar a situação dos pesquisadores dentro dos Institutos de Pesquisa.

Com o passar do tempo, tornou-se urgente a criação de uma lei que protegesse de forma mais efetiva o trabalho do pesquisador científico. Desde 1968, iniciativas foram elaboradas para o desenvolvimento de uma carreira, mas apenas em 1975 é que o esforço diligente de um grupo de trabalho amadureceu na forma da lei n. 125, assinada pelo governador Paulo Egydio Martins.

Sobre a APqC

Com o intuito de defender a pesquisa científica e os Institutos de Pesquisa, além de seus recursos humanos, pesquisadores científicos e pessoal de apoio à pesquisa, a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) foi criada em 2 de agosto de 1977 como uma sociedade civil sem fins lucrativos.

A meta prioritária da APqC é tirar os institutos da situação de falência gradativa de sua força de trabalho. Abrangidos pela Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975, os 19 Institutos de Pesquisa pertencem a quatro Secretarias de Estado do Governo do Estado de São Paulo: na **Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento** estão o Instituto Agrônômico,

Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Já na **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**: o Instituto de Botânica, Instituto Florestal, Instituto Geológico. Na **Secretaria de Estado da Saúde**: Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Pasteur, Instituto de Saúde e a Superintendência do Controle de Endemias. Na **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional**: o Instituto Geográfico e Cartográfico. E, por fim, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: os Laboratórios de Investigação Médica.

Atualmente, todos os institutos de pesquisa do Estado (IPs) somam juntos cerca de 1,5 mil pesquisadores em atividade, mas deveriam ter em torno de 2,2 mil. Mais de um quarto (28%) dos cargos de pesquisador estão vagos nos 19 IPs. Na soma de todas as carreiras, incluindo os cargos de apoio técnico e administrativo, os institutos estão operando com apenas metade, aproximadamente, do quadro de funcionários que deveriam ter. A outra metade foi esvaziada ao longo dos últimos anos por aposentadorias, mortes, exonerações e perda de funcionários para outras instituições.

A falta de “sangue novo” nos IPs deve-se tanto à falta de abertura de concursos quanto à dificuldade de manter os funcionários que são contratados interessados em trabalhar nos institutos por muito tempo. Um dos motivos é a grande diferença salarial entre pesquisadores, se comparado aos que atuam dentro das universidades, empresas privadas e institutos federais.

APqC luta contra recorrente “Apagão Científico”

A falta de mão de obra é um problema generalizado nos institutos. As contratações, que são realizadas mediante concursos públicos, estão paralisadas há mais de dez anos. De acordo com o atual presidente da APqC, Joaquim Adelino de Azevedo Filho, o País corre o risco de um apagão científico.

Mais da metade (52%) dos cerca de 1.560 pesquisadores em atividade nos IPs tem entre 50 e 70 anos, o que significa que muitos deles estão próximos ou já com idade para se aposentar. Nos institutos ligados à Secretaria da Agricultura, só 15% dos pesquisadores têm menos de 40 anos, e o número de aposentadorias gira em torno de 12 a 15 por ano - o que significa que outros 75 pesquisadores poderão se aposentar já nos próximos cinco anos. A princípio, pelo menos 100 vagas de pesquisador e mais de 200 vagas de apoio técnico precisam ser preenchidas para “dar uma ajeitada na casa”, o mais rápido possível.

O presidente compara a pesquisa a uma corrida de revezamento, sem linha de chegada. “Se você não tiver para quem passar o bastão, ele cai no chão e é difícil de recuperar depois”, argumenta o atual presidente da APqC.

Muitas linhas de pesquisa são umbilicalmente ligadas a pesquisadores específicos, que temem ver seu legado científico ser engavetado depois de se aposentarem. Como vem acontecendo, por exemplo, em algumas das linhas mais tradicionais de pesquisa do IAC: o melhoramento genético de plantas para a agricultura. “Melhoramento é uma atividade de longo prazo e de alto risco; se não tiver manutenção, se não tiver continuidade, acaba”.

A importância da pesquisa científica

Com 54 cultivares lançadas nos últimos dois anos para uma grande variedade de culturas, o Instituto Agrônomo de Campinas conta com a colaboração de seus poucos pesquisadores para não deixar importantes programas de pesquisa e melhoramento morrerem. Em seus 126 anos de existência, o IAC continua trazendo hoje, apesar das circunstâncias adversas, importantes

colaborações como o “feijão do milênio”, a milésima cultivar lançada pelo Instituto. Outros programas de melhoramento, como os de algodão, arroz e trigo, são exemplos de abandono.

Já no caso do trigo de inverno, soja e adubos verdes, os programas seguem hoje sem especialistas. Outros, como os de amendoim, algodão e arroz, sobrevivem às custas de um ou dois pesquisadores, também em vias de se aposentar. Muitas áreas de pesquisa estão sendo prejudicadas pela falta de cientistas. Sem funcionários de apoio, os pesquisadores hoje têm de varrer o chão e limpar banheiros, deixando a pesquisa em segundo plano.

Subordinado à Secretaria da Saúde, o Butantan é o único dos IPs que tem uma fundação de apoio própria, de caráter privado (a Fundação Butantan), o que ajuda - e muito - a proteger a saúde financeira do instituto, já que a verba de custeio que o instituto recebe do Estado mal consegue arcar com as contas básicas.

Casos semelhantes ocorrem dentro dos demais institutos, que também dependem diretamente dos orçamentos aprovados pelo Governo do Estado. Prestes a completar 60 anos do estabelecimento do regime de tempo integral (RTI) e 40 anos do estabelecimento definitivo da carreira de Pesquisador Científico (PqC), hoje se faz necessária uma nova atitude de reflexão à respeito da importância da pesquisa científica e tecnológica no Estado. Afinal, são a ciência e a tecnologia as bases da civilização no século XXI.